

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

MAPEAMENTO MULTI-CONTEXTOS DA LITERATURA SOBRE DESMANTELAMENTO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS

Guilherme Dourado Dos Reis, Maria Cristina Oliveira Souza, Rosana Icassatti Corazza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13180>

Submetido em: 2025-09-22

Postado em: 2025-11-04 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

MAPEAMENTO MULTI-CONTEXTOS DA LITERATURA SOBRE DESMANTELAMENTO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS

Guilherme Dourado dos Reis

Doutorando - Departamento de Política Científica e Tecnológica – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8637-5426>

Maria Cristina Oliveira Souza

Bolsista de pós-doutorado do Programa de Apoio à Gestão de Grandes Centros Temáticos de Pesquisa na Modalidade: Gestão de Transferência de Tecnologia e Inovação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2187-0972>

Rosana Icassatti Corazza

Professora Associada 1 – Departamento de Política Científica e Tecnológica – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4658-2889>

RESUMO

A Abordagem de Desmantelamento de Políticas (ADP), ou *Policy Dismantling Framework*, refere-se a uma forma distinta de mudança de política pública, envolvendo cortes, reduções ou remoções completas de políticas existentes. Este artigo apresenta resultados de um mapeamento da literatura sobre desmantelamento de políticas públicas, com foco nos estudos relacionados as políticas ambientais. A pesquisa seguiu os padrões do Joanna Briggs Institute (JBI) para *Scoping Review* (ScR), utilizando uma estratégia de busca baseada na estratégia PCC (Problema - Conceito - Contexto), usando palavras-chave de autor. As buscas foram realizadas nas bases Scopus, SciELO e Base Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A análise da literatura mapeada permitiu caracterizar os estudos sobre desmantelamento de políticas ambientais nos principais contextos abordados, destacando uma maior concentração de estudos em países da União Europeia e no Brasil. Os resultados indicam que, nos países da União Europeia, destaca-se o emprego da estratégia de desmantelamento simbólico, fundamentada em um forte discurso pró-desmantelamento, embasado na crítica à ampliação do número e da intensidade de políticas ambientais. Além disso, observa-se o desmantelamento por omissão, caracterizado pela diminuição das propostas e pela implementação de leis ambientais. No cenário brasileiro, os estudos que mobilizam a ADP ganharam destaque após o início do governo Bolsonaro, iniciando na dimensão simbólica, com um forte discurso antiambientalista; por mudança de arena, com a militarização da fiscalização ambiental; por desmantelamento por omissão através de cortes orçamentários em órgãos ambientais e da redução de infrações aplicadas pelo IBAMA; e por desmantelamento ativo, através de mudanças regulatórias.

Palavras-chave: Policy dismantling, desmantelamento, políticas ambientais.

MULTI-CONTEXT MAPPING OF THE LITERATURE ON ENVIRONMENTAL POLICIES' DISMANTLING

Abstract

The Policy Dismantling Framework (PDF) refers to a distinct form of public policy change involving cuts, reductions, or complete removals of existing policies. This article presents the results of a literature review on public policy dismantling, focusing on studies related to environmental policies. The research followed the Joanna Briggs Institute (JBI) standards for Scoping Review (ScR), using a search strategy based on the PCC (Problem-Concept-Context) strategy, using author keywords. We conducted searches in the Scopus, SciELO, and Digital Database of Theses and Dissertations (BDTD) databases. The analysis of mapped literature enabled us to characterize studies on environmental policies' dismantling within the addressed main contexts, highlighting a greater concentration of studies in European Union countries and Brazil. The results indicate that in European Union countries, the use of the symbolic dismantling strategy stands out, based on a strong pro-dismantling discourse, grounded in criticism of the expansion of the number and intensity of environmental policies. In addition, dismantling by omission is observed, characterized by a decrease in proposals and the implementation of environmental laws. In Brazil, studies mobilizing PDF gained prominence mainly after the beginning of the Bolsonaro administration, starting in the symbolic dimension, with a strong anti-environmentalist discourse followed by one or more of the dismantling strategies: arenas' changing, especially implementing the militarization of environmental enforcement; dismantling by omission, primarily through budget cuts in environmental agencies and the reduction of infractions applied by IBAMA; and by active dismantling, through regulatory changes.

Keywords: Policy dismantling, dismantling, environmental policies.

1. Introdução e fundamentação teórica

A literatura voltada a compreender o desmantelamento de políticas tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos (Sabourin et al, 2020; Milhorange, 2022; Da Fonseca et al, 2022; Bonelli et al, 2023; Coletti, 2023; Coletti, 2024; Silva & Vinha, 2025). Nesse campo, destaca-se uma abordagem teórico-metodológica específica para estudar esse assunto dentro da especialidade da "*policy change analysis*", conhecida como Abordagem de Desmantelamento de Políticas (ADP), ou *Policy Dismantling Framework*.

A ADP consiste em uma forma distinta de mudança de política pública, abarcando o corte, redução ou remoção completa de uma política existente. Suas origens remontam a experiências de desregulamentação e redução das políticas de

bem-estar social na Europa e nos Estados Unidos entre as décadas de 1970 e 1980 na sequência das reformas neoliberais (Jordan et al, 2013; Moulin, 2023). Embora estivesse inicialmente voltada a examinar processos de desmantelamento de políticas sociais, essa abordagem tem sido empregada em uma variedade de contextos e temas em diferentes países, inclusive no Brasil (Gurgel et al., 2021; Da Fonseca et al., 2022; Bonelli et al., 2023; Coudel et al., 2023).

Bauer et al. (2013) apontam que o desmantelamento de políticas é comumente associado a períodos de austeridade econômica, caracterizado pela contenção dos gastos públicos, no qual se impõem perdas a alguns grupos da sociedade visando o bem maior. Tal concepção foi reforçada pela forma adotada pelos decisores políticos (em especial a Europa) ao início da recessão econômica do final dos anos 2000, quando foram reduzidos os benefícios sociais e direitos de pensão. Na época os autores destacaram a fragmentação da literatura sobre o tema, propondo, como resposta, o desenvolvimento de uma abordagem analítica de caráter sistemático e comparativo, a fim de mensurar e explicar o desmantelamento de políticas.

Desta forma, Bauer & Knill (2013) desenvolveram um conjunto de indicadores empíricos a fim de avaliar o grau de desmantelamento em contextos específicos. Esta estrutura incorpora dois aspectos, ou dimensões, sendo elas a densidade e a intensidade de políticas. A princípio, a densidade refere-se à extensão da atividade legislativa (número de políticas e de instrumentos a serem aplicados) em uma determinada área de políticas, já a intensidade está ligada ao rigor relativo das políticas (capacidade de implementação e execução das políticas).

A partir dessa base, Bauer & Knill (2013) propõem uma definição da ADP:

Uma mudança de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas em uma área específica, reduz o número de instrumentos de política usados e/ou diminui sua intensidade. Pode envolver mudanças nesses elementos centrais da política e/ou pode ser alcançada pela manipulação das capacidades de implementá-las e supervisioná-las (p. 36).

Abordando as preferências dos políticos, ou seja, quais motivos levam os políticos governantes a se envolverem no desmantelamento e quais as estratégias empregadas para alcançá-lo, Bauer & Knill (2013) destacam que as preferências moldam e são moldadas pelos custos e benefícios esperados decorrentes do desmantelamento. Dois cenários são apresentados, ambos com um pressuposto de preferência para garantir a reeleição, no primeiro cenário os políticos percebem que os benefícios do desmantelamento são maiores que os custos, tendo assim incentivos óbvios para desmantelar e gozar do crédito de tal escolha, já no segundo cenário entende-se que os benefícios do status quo (manter a política) são maiores que os do

desmantelamento, sendo assim os políticos que desejam desmantelar tendem a fazê-lo de forma mais oculta, visando a evitação de culpa.

Tendo estes dois cenários como base, Bauer & Knill (2013) propuseram quatro estratégias principais no desmantelamento de políticas: a) desmantelamento por omissão; b) desmantelamento por mudança de arena; c) desmantelamento por ação simbólica; e d) desmantelamento ativo.

Apesar de sua crescente adoção, ADP também vem recebendo críticas e questionamentos quanto a sua adequação para analisar contextos como o brasileiro (Silva & Vinha, 2025). Ainda assim, a abordagem tem passado por "enquadramentos" ou adaptações que contextualizam a ADP, tanto do ponto de vista histórico quanto temático e político (Sabourin et al., 2021; Milhorange, 2022; Souza, 2023; Dos Reis & Corazza, 2025; Dos Reis, 2025).

Silva & Vinha (2025), apontam que a ADP, tem como base teórica a Teoria da Escolha Racional (*Rational Choice*). Essa abordagem parte de uma compreensão do sujeito ou agente (social, econômico e político) como perfeitamente racional e guiado pelo autointeresse. Assim, ao tomar decisões, esses agentes consideram diversos fatores, como as condições socioeconômicas, as ideologias e preferências envolvidas, e, sobretudo, a receptividade das instituições públicas e da sociedade civil diante das mudanças propostas. Essa última variável é especialmente importante, pois se entende que os governantes, ao visarem a reeleição e a manutenção do poder, tendem a evitar ou ajustar políticas impopulares que possam comprometer sua imagem pública.

Desta forma, Silva & Vinha (2025) destacam duas limitações da ADP ao aplicá-la ao contexto brasileiro: i) observam que a resistência de burocratas e de atores não governamentais não foi suficiente para frear ou modificar as estratégias de desmantelamento, visto que, as ações foram conduzidas, em grande medida, de forma unilateral, desconsiderando a aceitação ou rejeição da população; ii) o cenário político brasileiro recente foi fortemente marcado por uma combinação de orientação neoliberal e práticas autoritárias - elementos que não são contemplados na abordagem original da ADP, desenvolvida com base em democracias consolidadas e institucionalmente mais estáveis, como as da Europa Ocidental.

Ainda nessa perspectiva, trabalhos anteriores ao de Silva & Vinha (2025), como o de Sabourin et al (2020) e o de Souza (2023), já apresentavam as críticas à

limitação teórico-epistemológica da ADP¹, apontando falhas nos pressupostos de racionalidade restrita.

A partir do exposto, o presente estudo visa o mapeamento da produção bibliográfica voltada ao entendimento da abordagem teórico-metodológica de ADP, empregada no campo de análise das políticas ambientais. A metodologia empregada segue os padrões do Joanna Briggs Institute (JBI), com a aplicação da extensão dos Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses - PRISMA para Scoping Review (ScR) (Peters et al, 2020; 2022). Os métodos da revisão de escopo são apropriados para este tipo de mapeamento da literatura devido às suas características de organização, transparência e reprodutibilidade (Peters et al, 2020; 2022).

O mapeamento da literatura resultou na identificação, triagem e inclusão de um conjunto de trinta e oito documentos, entre artigos, capítulos de livro e teses, recuperados das bases Scopus, SciELO e Base Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Os documentos recuperados foram examinados, seguindo as recomendações de Peters et al (2020; 2022), a partir da elaboração de um instrumento de extração de dados, concebido para capturar a forma pela qual as políticas públicas da área ambiental são tratadas pelos seus respectivos autores a partir da concepção da ADP.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção é dedicada a apresentar a metodologia mobilizada; a terceira seção apresenta os resultados a partir das buscas nas bases de dados selecionadas, bem como os resultados expostos no fluxograma PRISMA; a quarta seção apresenta as estratégias de Desmantelamento de Políticas; a quinta seção aborda o escopo dos estudos selecionados; e por fim, as conclusões do capítulo.

2. Metodologia

Neste artigo apresentamos um mapeamento da literatura sobre ADP, através da metodologia de revisão de escopo (ScR) (Peters et al, 2020; Peters et al, 2022; Aromataris et al, 2024). Tal abordagem é recomendada pelo Joanna Briggs Institute JBI para o mapeamento da literatura devido à organização, transparência e confiabilidade dos métodos empregados.

A estrutura da revisão de escopo foi composta por etapas, detalhadas a seguir. A primeira etapa consistiu na formulação das perguntas norteadoras da

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre as limitações da Teoria da Escolha Racional para a compreensão e para guiar ações de políticas públicas no domínio ambiental, ver Corazza (2001). Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.206472>.

pesquisa, sendo elas: “i) Quais são os temas de política ambiental que estão sendo trabalhados por essa literatura? ii) Essa literatura está focando no problema do desmatamento? iii) Quais são os escopos nacionais ou regionais que são estudados por essa literatura?”

Na segunda etapa, procedeu-se à identificação de estudos relevantes, por meio da formulação de uma Estratégia PCC (problema, conceito e contexto), com a definição dos termos de busca a partir de palavras-chave de autor e outras palavras-chave elaboradas a partir da orientação, apresentadas no quadro abaixo. Desta forma foram usadas para caracterizar o “problema” (P) palavras-chave que englobam as políticas ambientais, no caso do “conceito” (C), foi empregado o termo “Policy Dismantling”, e para o “contexto” não foi empregada nenhuma palavra, com o objetivo justamente de abrir a abrangência geográfica do mapeamento da literatura. A terceira etapa foi a escolha das bases de dados, que para este estudo foram as bases Scopus e SciELO, escolhidas por sua abrangência para a literatura, incluindo periódicos das Ciências Sociais aplicadas, além da base de teses e dissertações BDTD, com o objetivo de abarcar a literatura nacional de teses e dissertações. A pesquisa nas bases Scopus e BDTD foi realizada inicialmente por Reis (2025), e atualizada para este artigo em 14 de abril de 2025.

Quadro 1. Estratégia PCC

Estratégia	Palavras-chave (Query Strings)
P- Problema/ Política/ População	“environment*” OR "environmental polic*" OR "climate polic*" OR "deforestation"
	AND
C- Conceito	"policy dismantling"

Fonte: os autores (2025).

A etapa seguinte consistiu na seleção e triagem dos estudos, representada na figura 1 (apresentada na seção 3), a qual demonstra, através do fluxograma prisma, o passo a passo com os documentos selecionados, o número de exclusões e inclusões. Em conformidade com Peters et al (2020), não foi utilizada nenhuma limitação em termos de recorte temporal ou idioma. Os critérios de elegibilidade usados para a inclusão e exclusão dos documentos foram: os documentos devem abarcar o desmantelamento de políticas ambientais.

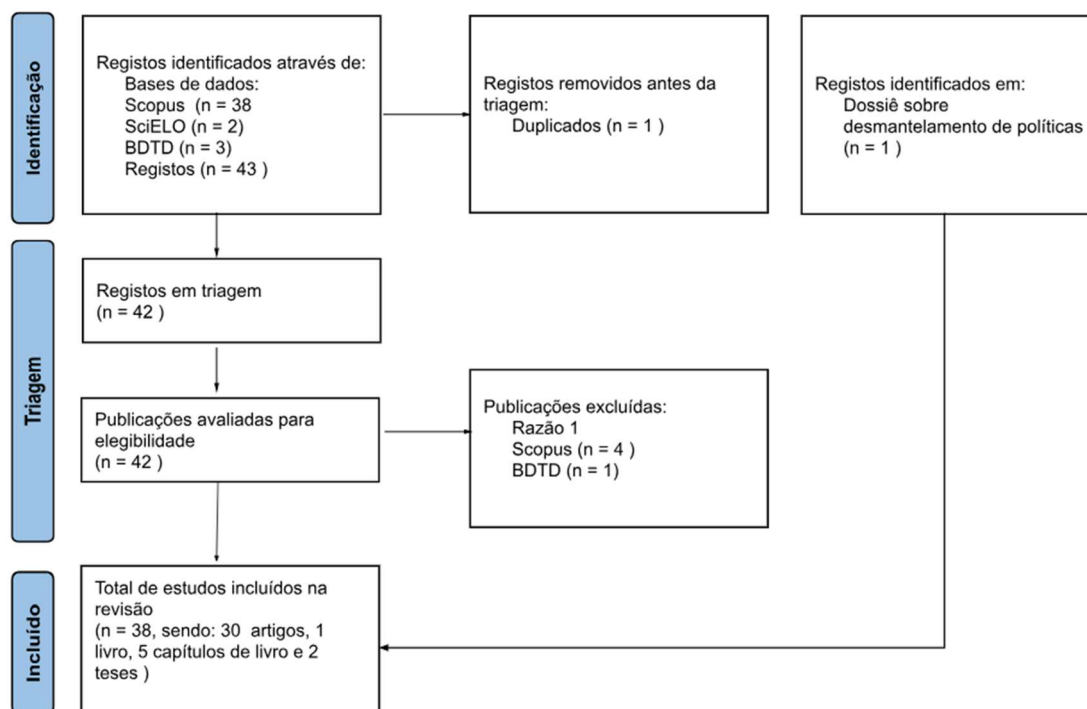
A quinta etapa consiste na codificação e análise dos documentos selecionados para a revisão, realizada de forma manual com o uso do programa Excel, usado para a organização das referências como ferramenta de extração de dados.

Desta forma, foi elaborada uma planilha no Excel para a organização das referências bibliográficas dos documentos recuperados, com a distinção, por meio de codificação em cores, entre os documentos das bases Scopus, SciELO e BDTD, e a criação de categorias para as informações, sendo elas: autor, título, ano de publicação, resumo, palavras-chave de autor, país ao qual o estudo se refere, e qual a estratégia de desmantelamento foi usada no caso analisado.

3. Resultados

Os processos de seleção e inclusão dos documentos a serem analisados nessa revisão foram representados em conformidade com as recomendações do JBI para ScR, por meio do fluxograma PRISMA, ilustrado na figura 1, abaixo.

Figura 1: Fluxograma Prisma: resultados das etapas de seleção e inclusão dos documentos para a revisão sobre desmantelamento de políticas ambientais



Fonte: os autores (2025).

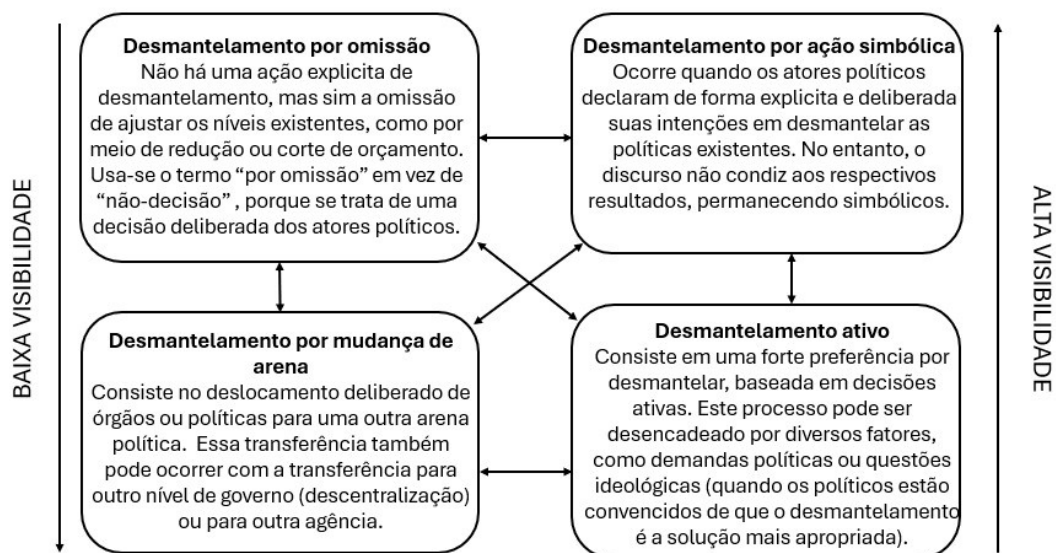
O fluxograma PRISMA permite a visualização das etapas da Revisão de Escopo, bem como seus resultados em termos de documentos identificados: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Os resultados obtidos na base Scopus permitiram o levantamento de 38 documentos (30 artigos, 7 capítulos de livro e 1 livro). Seguindo o critério de elegibilidade (tratar do desmantelamento de políticas ambientais), quatro documentos foram excluídos por não atenderem a esse critério. A busca na base

SciELO resultou em dois documentos (artigos). Por fim, a busca na base BDTD teve como resultado duas teses e uma dissertação. Seguindo o critério de elegibilidade, um documento (dissertação) foi excluído.

4. Apresentação das estratégias da ADP

Bauer & Knill (2013) propuseram quatro estratégias (do tipo ideal) mobilizadas no desmantelamento de políticas: a) desmantelamento por omissão; b) desmantelamento por mudança de arena; c) desmantelamento por ação simbólica; e d) desmantelamento ativo, apresentados na figura 2 a seguir.

Figura 2 - As quatro estratégias da ADP



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de figura elaborada por Souza (2023) a partir de Bauer & Knill (2013).

O desmantelamento por omissão, considerado o mais sutil, ocorre através da abstenção de ajustar os níveis políticos existentes às condições externas, por exemplo, não ajustar os orçamentos com base na inflação ou até mesmo a redução ou corte orçamentário. O desmantelamento por mudança de arena, se dá pelo deslocamento deliberado de órgãos ou políticas para outra arena política. É considerado de baixa visibilidade, visto que os atores beneficiários das políticas podem não perceber essas mudanças, de modo que os custos políticos dessa estratégia não podem ser atribuídos a quem as promove.

No desmantelamento por ação simbólica, estratégia de alta visibilidade, observa-se um discurso claro de desmantelamento, sem efeito necessariamente correspondente, devido a elevadas restrições institucionais, e/ou quando os políticos ainda não estão certos de que o desmantelamento é politicamente vantajoso. No desmantelamento ativo, converge-se a intenção (o discurso) em ações explícitas e concretas de desmantelamento. Desta forma, as decisões são ativas e há uma forte preferência por desmantelar, vindas dos tomadores de decisões públicas, por exemplo, por meio de reformas incrementais.

Desta forma, as estratégias de desmantelamento de políticas, são apresentadas como métodos ou planos deliberados para alcançar determinados efeitos, dependendo de fatores específicos que influenciam a preferência dos políticos governantes. Esses fatores incluem, por exemplo, o desejo de ocultar o que estão fazendo (evitamento de culpa) ou, ao contrário, de tornar públicas as suas decisões de desmantelamento. Ademais, os autores destacam que as estratégias não são estanques ou mutuamente excludentes e que podem ser ajustadas ao longo do tempo, a depender de mudanças em alianças políticas ou condições macroeconômicas. Diferentes estratégias também podem ser usadas de forma combinada, ampliando sua complexidade e alcance.

5. Sobre o escopo dos estudos: Temas, contextos e problemas em estudo

Ao analisarmos o escopo dos estudos recuperados, podemos observar que os estudos com o enfoque conceitual da ADP tendem a crescer a partir de 2013, em grande parte devido à sistematização proposta por Bauer & Knill (2013), que propuseram uma estrutura analítica para medir e explicar o desmantelamento de políticas. A seguir, destacam-se os temas e problemáticas analisadas segundo as localizações principais.

5.1. Estudos com foco nos países da União Europeia

Como observado através da literatura, a ADP ganhou destaque no campo de pesquisas de políticas públicas ambientais da União Europeia. E ao analisarmos os temas e contextos dos estudos recuperados, observa-se que a maior parte dos estudos, dois terços, têm como pano de fundo os países da União Europeia, descritos no quadro 2, mais abaixo.

A União Europeia ilustra com propriedade o movimento de grande expansão das políticas ambientais entre os anos 1970 e 2010. Também ilustra como essa expansão se defrontou com questionamentos e resistência, devido ao entendimento por

segmentos empresariais e suas representações políticas de que se tratava de uma “regulamentação excessiva” que poderia levar ao comprometimento da soberania dos estados-membros da União Europeia, criar encargos excessivos e reduzir a competitividade das empresas da região (Coletti, 2023; Coletti, 2024).

Com a crise financeira em 2008, muitos países entraram em um período de intensa austeridade econômica, com grandes cortes orçamentários e redução dos gastos públicos. Tais medidas usadas para economizar recursos, reduzindo e até mesmo removendo completamente algumas políticas originalmente introduzidas em tempos econômicos favoráveis, são muito populares em tempos de crise econômica. Contudo, tais medidas que afetam diretamente a sociedade tendem a gerar oposição política. Desta forma, Jordan et al (2013) explanam que os políticos com preferência pelo desmantelamento buscam formas e estratégias para evitar serem responsabilizados e chamarem atenção negativa.

Quadro 2. Estudos com foco nos países da União Europeia e as estratégias de desmantelamento identificadas

Estudo	País e Política	Estratégia de desmantelamento
Bernauer & Knill. Livro: <i>Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects</i> (Oxford, 2013)	Alemanha; Política de resíduos	Destaca-se o desmantelamento por omissão (não atualizar o orçamento desta política) e por mudança de arena (transferir a responsabilidade do governo central para o municipal)
Jordan & Turnpenny. Livro: <i>Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects</i> (Oxford, 2013)	Reino Unido; Políticas do setor de água	O estudo tem como destaque o desmantelamento simbólico, através do discurso político pró desmantelamento
Gravey & Jordan. <i>Journal of European Public Policy</i> , 2016.	União Europeia; Legislação ambiental	A crise financeira de 2008 desencadeou a ascensão de discursos pró desmantelamento (desmantelamento simbólico) a fim de reverter a expansão da legislação ambiental europeia
Steinebach & Knill. <i>Journal of European Public Policy</i> , 2017.	União Europeia; Legislação ambiental	Destaca-se o desmantelamento por mudança de arena, através da transferência de responsabilidades e funções do governo central para o subnacional
Burns et al. <i>Environmental Politics</i> , 2019.	União Europeia; Legislação ambiental	Desmantelamento por omissão através da estagnação na criação de leis ambientais
Eckersley & Tobin. <i>Policy and Politics</i> , 2019.	Reino Unido; Políticas ambientais e de fiscalização	Destaca-se o desmantelamento por omissão, devido à redução de recursos orçamentários e de pessoal, enfraquecendo a capacidade das funções administrativas e estratégicas
Burns et al. <i>Journal of European Public Policy</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Destaca-se a diminuição da ambição das políticas ambientais, considerado desmantelamento por omissão, quando ocorre uma abstenção em adequar as políticas ao nível existente
Burns & Tobin. <i>Journal of Common Market Studies</i> , 2020.	União Europeia; Políticas climáticas	Destaca-se o desmantelamento por omissão, devido a diminuição da ambição das políticas climáticas
Gravey & Jordan. <i>Public Administration</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Aponta para o uso das quatro estratégias de desmantelamento, no entanto sem resultados efetivos
Justo-Hanani & Dayan. <i>Journal of Environmental Policy and Planning</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Destaca-se a estratégia de desmantelamento por omissão, visto que, constata-se uma diminuição das propostas de regulamentação ambiental
Lenschow et al. <i>Public Administration</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Foco no desmantelamento por omissão, através da redução de recursos financeiros para a implementação de políticas ambientais, e desmantelamento ativo através de alterações e flexibilizações das regulamentações existentes
Pollex & Lenschow. <i>Journal of European Public Policy</i> , 2020.	União Europeia; Legislação ambiental	Desmantelamento ativo através de alterações técnicas e administrativas visando reduzir o escopo das políticas existente
Pollex. <i>Journal of Common Market Studies</i> , 2022.	União Europeia; Legislação ambiental	Detecta ações de desmantelamento de baixa visibilidade, em especial através da omissão, devido a abstenção de adequar as políticas ao nível existente
Coletti. <i>Rivista Italiana di Politiche Pubbliche</i> , 2023.	Itália; Legislação ambiental	Foco na dificuldade de aplicação da legislação ambiental Europeia nos níveis subnacionais. No caso italiano, apresenta-se as limitações de implementação da legislação devido à falta ou limitação das capacidades locais, evidenciando o desmantelamento por mudança de arena e por omissão
Coletti. <i>Informa UK Limited, trading as Taylor & Francis Group</i> , 2024.	União Europeia; Legislação ambiental	Foco na estratégia de desmantelamento ativo. O estudo visa analisar as tentativas de desregulação (diminuir a legislação ambiental)
Förel & Fischer. <i>Environmental Policy and Governance</i> , 2025.	Suécia; Políticas climáticas	Destaca-se o desmantelamento ativo através de revisões e alterações dessas políticas, e o uso estratégico do discurso para legitimar tais mudanças.

Fonte: os autores (2025).

Os resultados dessa revisão permitem identificar os esforços de pesquisadores no sentido de buscar entender como a crise financeira e as medidas de austeridade desencadearam demandas para o enfraquecimento e o desmantelamento de políticas ambientais na União Europeia (Gravey & Jordan, 2016; Steinebach & Knill, 2017; Eckersley & Tobin, 2019; Burns & Tobin, 2020). Alguns dos estudos mapeados analisam como o período de crise influenciou uma diminuição da ambição das políticas ambientais da União Europeia (Steinebach & Knill, 2017; Burns et al., 2020; Lenschow et al., 2020), destacando, por exemplo, uma estagnação de propostas de políticas ambientais por parte da Comissão Europeia, a responsável pela elaboração das propostas de regulamentações políticas.

Por outro lado, nos estudos mapeados também se identificam autores que defendem que a estagnação quanto à criação de novas regulações ambientais não resultou necessariamente em desmantelamento ativo, ou seja, ações concretas de desmantelamento (Gravey & Jordan, 2020). Outros ainda destacam que os processos parecem contraditórios, podendo ser observadas, ao mesmo tempo, evidências de expansão e de desmantelamento das políticas ambientais (Gravey & Jordan, 2016; Justo-Hanani & Dayan, 2020; Pollex, 2022).

O estudo de Förel & Fischer (2025), se destaca por analisar a rápida mudança das políticas de descarbonização e mitigação das mudanças climáticas na Suécia após a mudança de governo no final de 2022 e início de 2023. O governo recém-eleito, revisou e alterou significativamente as políticas existentes. Inicialmente, essas mudanças foram apresentadas como uma nova estratégia ambiciosa e mais eficaz que as políticas anteriores, no entanto, as medidas previstas na prática poderiam levar ao aumento das emissões em vez de sua redução. Também é enfatizado como os mecanismos discursivos são empregados para angariar apoio ou tolerância de múltiplos grupos sociais às mudanças nas políticas climáticas. Os autores destacam ainda a ascensão no país do populismo *anti-net zero*, ou seja, movimentos políticos que questionam a urgência e a necessidade de políticas ambientais e climáticas, apontando que, essas políticas se encontram separadas das necessidades dos cidadãos, e que podem levar a uma insegurança energética e/ou aumento do valor da energia e à transferência de empresas suecas para outros países.

5.2. Estudos com foco no Brasil

Os resultados do mapeamento da literatura destacam a produção sobre o caso do Brasil. O Brasil constitui um dos contextos com um número significativo de estudos. São 9 resultados dentro da base refinada a partir da Scopus e um resultado a partir da BDTD (Souza, 2023), como se observa no Quadro 3, abaixo.

Quadro 3. Estudos com foco no Brasil e as estratégias de desmantelamento identificadas

Estudo	Política	Estratégia de desmantelamento
Sabourin et al. Cahiers Agricultures, 2020.	Políticas socioambientais	Integração de diferentes estratégias de desmantelamento (omissão, simbólico e ativo), em especial a partir de 2019
Gurgel et al. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2021.	Regulação de agrotóxicos	A flexibilização das regras e normas de regulação de agrotóxicos no Brasil, refletem ações de desmantelamento ativo
Da Fonseca et al. Sustainability in Debate, 2022.	Políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia	Destaca-se o desmantelamento ativo (redução dos aspectos regulatórios)
Milhorance. Review of Policy Research, 2022.	Políticas socioambientais	Destaca-se o desmantelamento: por omissão (corte orçamentário), simbólico (discurso antiambiental) e ativo (extinção de conselhos participativos)
Bonelli et al. Sustainability in Debate, 2023.	Políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia	Desmantelamento ativo, através de mudanças no regramento de políticas florestais, e pela substituição sistemática de servidores com experiência por servidores sem qualificação na área ambiental
Coudel et al. Sustainability in Debate, 2023.	Regulação de agrotóxicos	Tem como foco a flexibilização do uso de agrotóxicos no Brasil, especialmente durante o governo Bolsonaro, com destaque para ações de desmantelamento ativo, como simplificação de processos de registros desses produtos, facilitando sua liberação, bem como alterações na classificação toxicológica de compostos já existentes.
Moulin, Sustainability in Debate, 2023; USP, 2024b.	Mudanças na estrutura do IBAMA	Desmantelamento ativo, a partir da tentativa de subverter entendimentos pré-constitucionais sobre o propósito da agência do IBAMA
Neves. Sustainability in Debate, 2023.	Políticas ambientais	Desmantelamento simbólico (através do discurso antiambiental do ex-presidente Bolsonaro), por mudança de arena (transferência de competências de um ministério para outro) e ativo (através de decretos que extinguiu a participação da sociedade civil em colegiados da administração pública)
Souza. UNICAMP, 2023.	Políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia	Apresenta as quatro estratégias de desmantelamento, simbólico (discurso pró desmantelamento), por omissão (cortes orçamentários), por mudança de arena (militarização da fiscalização ambiental) e ativo (através de mudanças feitas por decreto)
Moulin. Public Policy in Democratic Backsliding, 2024a; USP, 2024b.	Mudanças na estrutura do IBAMA	Destaca-se o desmantelamento ativo (introdução de audiências de conciliação e proibição de destruição de equipamentos apreendidos dos infratores); desmantelamento por omissão (diminuição da aplicação de infrações por crimes ambientais); desmantelamento simbólico (tentativa de desqualificar a atuação do órgão ambiental)
Pereira et al. Brazilian Political Science Review, 2024.	Políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia	Destaca-se o desmantelamento simbólico (através do discurso ligado a um ceticismo sobre a crise ambiental e de que as políticas ambientais vão contra os interesses econômicos do país), e o desmantelamento ativo (por meio de mudanças no regramento através de decretos, portarias e normativas)

Fonte: os autores (2025).

A literatura sobre ADP no caso do Brasil é ainda mais recente do que a literatura sobre o contexto internacional em geral e do que a referente à União Europeia. Uma característica dessa literatura para o caso do Brasil é sua cobertura temática, que se destaca

no caso do estudo de estratégias de desmantelamento das políticas ambientais e de desenvolvimento rural, especialmente no caso da agricultura familiar (Sabourin et al, 2020; Milhorange, 2022). Também se destacam as análises sobre mudanças na regulamentação ambiental voltadas a flexibilização do uso de agrotóxicos (Gurgel et al, 2021; Coudel et al, 2023), bem como os estudos que abordam o desmantelamento de políticas de preservação e controle do desmatamento (Da Fonseca et al, 2022; Bonelli et al, 2023; Souza, 2023, Pereira et al, 2024). Chama a atenção o estudo que analisa a tentativa de desmantelamento do IBAMA por meio de mudanças deliberativas nas provas de seleção dos candidatos, visando mudar a identidade burocrática e propiciar o desmantelamento a partir de dentro das agências (Moulin, 2022; 2024).

Milhorange (2022) observa criticamente que, diferentemente dos casos de desmantelamento de políticas observados pela literatura internacional, em que os políticos tendem a usar de estratégias de omissão visando evitar a culpa, o desmantelamento das políticas socioambientais observado no Brasil foi de alta visibilidade, promovido principalmente pelo governo de extrema direita do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022). Além disso, é destacado o uso do desmantelamento ativo das políticas através de medidas legislativas administrativas e simbólicas, como mudanças nas regras processuais, paralisa administrativa, decretos presidenciais, emendas constitucionais, entre outros.

Sabourin et al. (2020) abordam os mecanismos mobilizados no desmantelamento das políticas de desenvolvimento rural, agricultura familiar e ambiental desde 2013, concentrando-se nos governos Dilma Rousseff (2011 - 2014 e 2015 - 2016), Michel Temer (2016 - 2018) e Jair Messias Bolsonaro (entre 2019 e 2020). Os autores constataram que diferentes estratégias de desmantelamento foram empregadas nos diversos governos. No governo Temer, os autores destacam, por exemplo, a regularização da ocupação ilegal de terras públicas por empresários do agronegócio, facilitando a ocupação por grandes produtores, mas observam que foi principalmente a partir de 2019, na gestão Bolsonaro, que estratégias mais vigorosas e explícitas de desmantelamento começaram a se intensificar no Brasil. Como exemplo, identificam a desarticulação dos órgãos ambientais, os dramáticos cortes orçamentários e o forte discurso antiambientalista, configurando, assim, um desmantelamento ativo e de alta visibilidade.

Da Fonseca et al (2022) analisam o processo de institucionalização de políticas de controle e combate ao desmatamento com foco na Amazônia durante o período de 1999 - 2020. Os autores identificaram que entre os anos 2000 e 2012 houve predominância da capacitação e expansão do quadro institucional ambiental, bem como dos números de instrumentos políticos para a proteção ambiental. Os autores observam ainda que a partir de

2019 ocorre um desmantelamento da capacidade institucional, implicando mudanças imediatas e estruturais, por meio da proposta de leis, decretos e regulamentações que configuram uma estratégia de desmantelamento ativo. Como exemplo, destaca-se o Decreto 9.760/201953 que suspende a cobrança de multas impostas pelo IBAMA e ICMBio até que fosse realizada audiência de conciliação, afetando o monitoramento e a fiscalização do desmatamento, o Decreto 9.759 conhecido popularmente como “revogaço”, por ter extinguido normativas e institucionalidades precedentes e por ter estabelecido novas regras e ações com o objetivo de extinguir ou modificar estruturalmente colegiados da administração pública federal, ou limitar-lhes as funções, incluindo conselhos, comitês, comissões e outros colegiados.

Neves (2023), analisando as políticas ambientais brasileiras ao longo do período de 1981 a 2021, observou que Bolsonaro incluiu o tema como prioritário em seu governo. A tônica dessa prioridade, contudo, teve como intenção a desconfiguração de todo o arranjo organizacional ambiental, com o objetivo de reduzir-lhe a abrangência institucional e suas competências e capacidades operacionais. A autora se refere à “supressão de diversos órgãos federais e [...] ao traslado de outros a pastas alheias ao tema, reduzindo na prática as competências operacionais da área ambiental” (Neves et al., 2023, p. 47). Exemplos disso foram a extinção, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas (unidade administrativa responsável pelo combate ao desmatamento) e a transferência do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para a pasta da Agricultura. Ambas as ações levaram a perdas da efetividade e da eficácia da gestão de florestas públicas e do controle do desmatamento.

Bonelli et al (2023) abordam o desmantelamento das políticas ambientais, partindo das informações e percepções dos agentes do IBAMA e do ICMBio para constatar um processo de desmantelamento ativo correspondente à desregulamentação na área ambiental, em especial quanto ao enfraquecimento das instituições ambientais, com ações visando à perda da capacidade burocrático-operacional. Um caso especialmente notado pelos autores foi a substituição sistemática de servidores de carreira, com competência técnica comprovada e longa experiência institucional e "de campo" nas localidades de atuação por servidores sem qualificação, vindos de outras áreas que não a ambiental, sem conhecimento específico sobre o problema e o terreno de atuação e sem experiência. Os autores também identificam mudanças de regimentos na área florestal e retrocessos no sistema de fiscalização e controle do desmatamento.

Souza (2023) aborda as estratégias usadas pelo governo Bolsonaro no desmantelamento estratégico da governança climático-ambiental e de políticas de prevenção e controle do desmatamento, entre 2019 e 2021. Desta forma, a autora traz exemplos a fim

de caracterizar cada estratégia: quanto ao desmantelamento por omissão destaca-se a redução do orçamento anual do IBAMA e do INPE no ano de 2019; para o desmantelamento por mudança de arena destaca-se a troca dos funcionários da diretoria do ICMBio por policiais militares exemplificando a militarização da governança ambiental brasileira na substituição de recursos humanos altamente capacitados e treinados; quanto ao desmantelamento por ação simbólica, caracterizado pelo discurso claro de desmantelamento do ex-presidente Bolsonaro no qual ele questiona em 2019 os dados do próprio governo sobre o desmatamento na Amazônia; e desmantelamento ativo que corresponde a ações explícitas e concretas, que pode ser exemplificada pela exoneração do diretor do INPE o Dr. Ricardo Galvão, que ocorreu como forma de retaliação do governo pelos dados disponibilizados sobre o desmatamento.

Moulin (2024a; 2024b) analisa as mudanças realizadas na estrutura do IBAMA durante o governo Bolsonaro visando neutralizar a autoridade e os instrumentos de nodalidade² do órgão. Quanto as tentativas de minar a autoridade do IBAMA destacam-se a introdução de audiências de conciliação com infratores ambientais, a proibição de destruição de equipamentos apreendidos em operações de fiscalização e da subordinação do IBAMA ao comando operacional do Exército e da Polícia Federal. Quanto às tentativas de minar a nodalidade do IBAMA destacam-se as tentativas de minar a nodalidade do IBAMA, destacam-se a aplicação de um Código de Ética interno que censurava os servidores em sua comunicação com jornalistas e o uso e abuso de procedimentos disciplinares aos servidores por supostas irregularidades ou denúncias infundadas. A autora ainda destaca as táticas de resistência ao desmantelamento implementadas pelos servidores como o fortalecimento da associação de servidores públicos do IBAMA, alianças informais com servidores de outras instituições e exposição nas redes sociais, de forma anônima e coletiva, de resultados de operações do órgão, de mudanças normativas e de críticas ao governo, ao agronegócio e ao Exército.

Pereira et al (2024) analisam como o governo de Bolsonaro (2019-2022), um líder populista de extrema direita, impactou no desmantelamento de políticas de fiscalização ao desmatamento na Amazônia. Os autores apresentam o populismo como um estilo político centrado em um líder, geralmente em oposição a um movimento ou partido político, caracterizado por uma performance que inclui apelos do povo (massa da população) versus a elite (grupo social de maior riqueza, poder ou influência). Durante o governo Bolsonaro, seu discurso foi marcado por um negacionismo das mudanças climáticas e dos dados de desmatamento na Amazônia Legal, bem como a defesa para diminuir e desmantelar a

² Segundo Moulin (2024) refere-se à capacidade de uma agência de estar no meio de uma rede de informações, abarcando todos os canais ou nós por quais se pode obter ou enviar informações.

burocracia ambiental e flexibilizar a regulamentação de atividades produtivas vinculadas a setores intensivos em recursos naturais.

5.3. Estudos em outras localidades

A análise do uso conceitual no âmbito de políticas ambientais, apesar de maior cobertura na União Europeia e no Brasil, conta com estudos nos Estados Unidos, no Canadá, na Alemanha, no Reino Unido e no México, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 4. Estudos com foco nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha e México e as estratégias de desmantelamento identificadas

Estudo	País e Política	Estratégia de desmantelamento
Korte & Jorgens. Livro: <i>Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects</i> (Oxford, 2013).	Estados Unidos; Legislação ambiental	Desmantelamento ativo (através da alteração das métricas para análise de impacto ambiental), por mudança de arena (através da transferência de competências de um programa para outro)
Wellstead. <i>Regional and Federal Studies</i> , 2018.	Canadá; Leis de proteção ambiental	Destaca-se o desmantelamento ativo (através da alteração de atos legislativos quanto a proteção ambiental e uso de recursos), e por mudança de arena (com a transferência de competências do governo federal para as províncias)
García-Hernandez et al. <i>Journal of Environmental Policy and Planning</i> , 2022.	México; Legislação ambiental e energética	Destaca-se o desmantelamento ativo através de modificações nas regulamentações
Drake & Skovgaard. <i>Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice</i> , 2024.	Alemanha e Canadá; Leis de subsídios aos combustíveis fósseis	Desmantelamento simbólico (através do discurso contra os subsídios aos combustíveis fósseis) e desmantelamento por omissão (através de cortes orçamentários)
Schaub et al. <i>Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice</i> , 2024.	Espanha, Canadá, Austrália e Estados Unidos; Políticas ambientais e energéticas	Analisa diversos estudos de caso apontados pela literatura sobre ADP. Destacam-se diversos casos com o uso de estratégias de desmantelamento distintas (podendo ser simbólico, por mudança de arena, por omissão ou ativo)
Paterson et al. <i>Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice</i> , 2024.	Reino Unido; Políticas de NET Zero	Destaca-se o aumento do discurso político (desmantelamento simbólico) contra as políticas Net Zero (compromisso de diminuir ou zerar as emissões de GEE)
Nieto-Morales & Cejudo. <i>Policy Studies</i> , 2025.	México; Políticas de transparência de informações governamentais	Destaca-se o forte discurso (desmantelamento simbólico) contra as políticas de transparência, bem como cortes orçamentários (desmantelamento por omissão) a agências que fornecem tais informações.

Fonte: os autores (2025).

Korte e Jörgens (2013) estudam o desmantelamento de políticas ambientais nos Estados Unidos, com foco no *New Source Review* (NSR), durante o governo de George W. Bush (2001 - 2009). O NSR consiste em um programa para controlar a poluição do ar, o qual exige que as indústrias, em especial as concessionárias de energia, empreguem tecnologias

modernas de controle de poluição, tanto em novas instalações quanto nas que forem ampliadas. A administração Bush, apesar de tentar várias estratégias sem sucesso para desmantelar o NSR (desmantelamento ativo e por mudança de arena), conseguiu manipular a intensidade da política na área administrativa, minando os casos de execução do NSR em andamento.

Wellstead (2018) aborda as mudanças adotadas no Canadá que levaram a modificar e desmantelar de forma ativa as políticas ambientais, principalmente a partir da aprovação do Projeto de Lei C-38 de 2012 que implicou mudanças legislativas, quanto à proteção ambiental e uso de recursos, em uma série de atos. Além disso, o estudo levanta questionamentos quanto à falta de coordenação das relações intergovernamentais entre governo federal e provincial.

García-Hernández e Lucatello (2022) estudam as mudanças nas leis e regulamentações ambientais e energéticas no México entre 1997 e 2018. A princípio o estudo apresenta a expansão da política ambiental mexicana em direção à integração de políticas climáticas, e na sequência, as mudanças relacionadas à desintegração da política climática nos setores ambiental e de energia, vinculadas principalmente à facilitação e expansão da produção de petróleo e gás, após a Reforma Constitucional em 2013. Paterson et al (2024) analisam o processo de reação populista nos anos de 2021-2022 que visava deslegitimar e desmantelar a arquitetura geral da política de mudança climática no Reino Unido.

O estudo conduzido por Drake e Skovgaard (2024) se destaca pelo fato de ilustrar como as estratégias de desmantelamento podem ser empregadas a favor da proteção ambiental e para apoiar políticas que se voltam para transitar para a redução da dependência das economias com relação aos combustíveis fósseis. Os autores estudaram o desmantelamento de políticas de subsídios aos combustíveis fósseis nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com estudos de caso na produção de carvão na Alemanha e de gás fóssil no Canadá. No caso alemão, medidas institucionais reduziram os subsídios à produção de carvão que, devido ao seu alto custo, foram descontinuados. No Canadá, as estratégias se mantiveram na dimensão dos discursos pró-desmantelamento (desmantelamento simbólico) e os subsídios se mantiveram estáveis.

Schaub et al (2024) estudaram os fatores que induzem os atores políticos/administrativos a criar políticas regulatórias pensando em mitigar as mudanças climáticas e os fatores que resultam no seu desmantelamento. Como exemplo os autores citam as políticas de redução de GEE em seis países europeus e citam exemplos positivos, como Suécia, Alemanha e França, quanto aos subsídios à energia renovável, e ações de

desmantelamento desses subsídios, como no caso da Espanha, devido às preocupações quanto ao aumento dos custos com energia no país. Os autores ainda citam exemplos de enfraquecimento e desmantelamento de políticas climáticas no Canadá (enfraquecimento dos compromissos de redução de GEE após a retirada do país do Protocolo de Kyoto em 2011), Austrália (redução na aprovação de recursos para programas de energia renovável) e Estados Unidos (retirada do país do Acordo de Paris em 2017, tornando menos ambiciosos os compromissos do país com a redução de GEE).

Nieto-Morales e Cejudo (2025) analisam o período pós-eleição do presidente populista do México, Andrés Manuel Lopez Obrador, em 2018, o qual buscou enfraquecer e desmantelar as instituições de transparência de informações governamentais e de participação cidadã, como o Instituto Nacional de Transparência (INAI). O desmantelamento ocorreu por meio de oposição presidencial - minando a credibilidade do INAI -, cortes orçamentários e interferências em processos administrativos. No entanto, os autores destacam como as rotinas organizacionais, um conjunto estruturado de atividades que combinam elementos formais e informais, foram de suma importância para mitigar ou impedir tal desmantelamento.

6. Considerações finais

O presente artigo, oferece um mapeamento da literatura voltada sobre ADP para o caso de políticas ambientais. A ADP foi proposta como estrutura analítica inicialmente por Bauer e Knill (2013). Os autores identificaram quatro estratégias ideais que permitem identificar e medir o desmantelamento de políticas públicas, sendo elas: I) desmantelamento por omissão; II) desmantelamento por mudança de arena; III) desmantelamento por ação simbólica; e IV) desmantelamento ativo.

Como já destacado, a literatura sobre ADP tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos como framework analítico para examinar o desmantelamento de políticas públicas. No entanto, também têm sido feitas críticas e questionamentos em relação a esse framework, apontando suas limitações, como as apresentadas por Silva & Vinha (2025) e Souza (2023) quanto aos pressupostos restritivos a respeito da racionalidade dos atores e acreditamos que essa realmente é uma lacuna teórico-epistemológica que abre pontos relevantes para o avanço da agenda de pesquisa no campo da literatura sobre *Policy Change*. No entanto, discordamos de Silva & Vinha (2025) quanto à insuficiência de burocratas e de atores não governamentais frente ao desmantelamento, visto que a literatura apresenta exemplos no caso brasileiro de como a burocracia institucional do IBAMA (Moulin, 2024a; 2024b) e a burocracia jurídico-institucional do Supremo Tribunal Federal (Dos Reis,

2025) foram fundamentais para frear ou mitigar o desmantelamento de políticas. No caso mexicano, a “rotina organizacional” do Instituto Nacional de Transparência (Nieto-Morales & Cejudo, 2025) também desempenhou um papel fundamental frente ao desmantelamento. Além disso, a atuação coletiva e técnica dos gestores ambientais como no caso da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA (Ascema) foi essencial na denúncia e visibilidade, tanto a nível nacional como internacional, das ações de desmantelamento durante o governo Bolsonaro (Souza, 2023).

Quanto aos contextos dos estudos mapeados, destacam-se três recortes: o contexto da União Europeia, o do Brasil e outros contextos. No cenário internacional, observa-se uma maior concentração de estudos sobre ADP com foco nos países da União Europeia. A razão principal que justifica esses estudos está relacionada ao período de austeridade econômica enfrentado após a crise financeira de 2008, que levou diversos estudiosos a analisarem o desmantelamento das políticas públicas na Europa, principalmente no campo ambiental. O discurso pró desmantelamento na União Europeia cresce com a crítica à ampliação do número e da intensidade de políticas ambientais. Diante disso, os autores identificam resistências a uma suposta burocracia que poderia prejudicar as atividades empresariais e a competitividade. De acordo com os estudos analisados, destaca-se o uso do desmantelamento por omissão, principalmente associado à redução na criação de leis ambientais e ao corte e/ou redução de recursos financeiros destinados à área ambiental.

No contexto do Brasil, os estudos sobre ADP ganharam destaque sobretudo na gestão do governo de Bolsonaro. O repertório de ações de desmantelamento de políticas ambientais nesse período no Brasil oferece à literatura um verdadeiro conjunto tipificado de exemplos para todos os tipos de estratégias de desmantelamento, os ataques identificados pelo corpus da literatura internacional: as estratégias simbólicas, com o aberto discurso antiambientalista, os cortes orçamentários, as mudanças de arena, com a transferência de funções, órgãos e ações originalmente sob a jurisdição de órgãos ambientais para outros domínios das políticas públicas (como o Ministério da Agricultura), com o enfraquecimento das políticas de prevenção e controle do desmatamento pelo aparelhamento militar dos órgãos de controle ambiental, e uma série de ações legislativas e decretos voltados ao enfraquecimento da proteção ao meio ambiente.

Nos estudos de caso referentes à Suécia, ao México, à Inglaterra e ao Brasil, destaca-se a ascensão de líderes populistas que utilizam o discurso para criar ou reforçar narrativas negacionistas sobre as mudanças climáticas. Esses líderes frequentemente buscam desacreditar os dados científicos, tanto no que diz respeito ao desmatamento (em específico no Brasil) quanto à necessidade de implementar ou manter políticas de mitigação das mudanças climáticas, como observado na Suécia e na Inglaterra.

Em suma, o mapeamento multi-contextos da literatura sobre desmantelamento de políticas ambientais permitiu colher de forma sistemática evidências de que as estratégias podem apresentar uma decisão explícita, intencional e sistemática pelo desmantelamento. A literatura revela, para a ampla diversidade contextual visitada, que a dimensão discursiva, constituída por forte intenção de desmantelamento, serve como base fundacional e como sustentáculo ideológico, voltado sobretudo para segmentos da base eleitoral de governos emergentes de direita e ultra-direita, para outras estratégias subsequentes. Estas últimas tomam forma como alguma combinação de outras estratégias, que podem se dar de uma forma mais passiva seguindo estratégias de omissão e evitamento de culpa, isso a depender dos interesses políticos por parte dos tomadores de decisão. Podem, por outro lado, tomar contornos mais explícitos, tornando-se organizados e sistemáticos, como os cortes orçamentários, o “aparelhamento” de órgãos de controle ambiental por servidores ou “interventores” sem as qualificações correspondentes, a transferência de órgãos para pastas de outras áreas temáticas ou sob controle de grupos sem interesse na preservação ambiental, chegando à extinção de colegiados participativos e institucionalidades. Finalmente, o mapeamento da literatura também permitiu identificar estratégias de desmantelamento de políticas empregadas não para o desmanche de políticas de proteção ambiental, mas para a desmobilização de políticas associadas ao aprofundamento de impactos ambientais, como é o caso de seu uso para extinguir subsídios ao carvão.

Referências bibliográficas

- Aromataris, E., Lockwood C., Porritt K., Pilla B., & Jordan Z. (2024). JBI Manual for Evidence Synthesis. JBI, 2024. Cap. 10. <https://synthesismanual.jbi.global>.
- Bauer, M. W., Jordan, A., Green-Pedersen, C., & Héritier, A. (2013). Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0009.
- Bernauer, D., Knill, Christoph. (2013). When the Dismantling of an Ineffective Policy Becomes Increasingly Costly: Default Strategies, Arena Shifting, and Symbolic Action in German Waste Policy. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0007.
- Bonelli, F., Fernandes, A. S., & Cavalcante, P. L. C. (2023). The active dismantling of environmental policy in Brazil: paralysis and setbacks of the deforestation inspection and control. *Sustainability in Debate*, 14 (1), pp. 56 – 80. DOI: 10.18472/SustDeb.v14n1.2023.44277.
- Burns, C., Gravey, V., Jordan, A., & Zito, A. (2019). De-Europeanising or disengaging? EU environmental policy and Brexit. *Environmental Politics*, 28 (2), pp. 271 – 292. DOI: 10.1080/09644016.2019.1549774.
- Burns, C., Eckersley, P., & Tobin, P. (2020). EU environmental policy in times of crisis. *Journal of European Public Policy*, 27 (1), pp. 1 – 19. DOI: 10.1080/13501763.2018.1561741.

- Burns, C., & Tobin, Paul. (2020). Crisis, Climate Change and Comitology: Policy Dismantling Via the Backdoor? *Journal of Common Market Studies*, 58 (3), pp. 527 – 544. DOI: 10.1111/jcms.12996.
- Coletti, P. (2023). Policy Dismantling of European Environmental Policy: How to Evaluate Regional Simplification Between Policy Inertia and Policy Expansion. *Rivista Italiana di Politiche Pubbliche*, (1), pp. 125 – 148. DOI: 10.1483/106821.
- Coletti, Paola. (2024). Dismantling of European environmental policy: how great expectations in Brussels are dashed by Italian subnational implementation. *Regional and Federal Studies*. DOI: 10.1080/13597566.2024.2358498.
- Coudel, E., et al. (2023). Backlash of policy dismantling in the production of invisibility: when pesticides cease to be a public problem. *Sustainability in Debate*, [S. I.], v. 14, n. 1, p. 99–135. DOI: [10.18472/SustDeb.v14n1.2023.45495](https://doi.org/10.18472/SustDeb.v14n1.2023.45495).
- Da Fonseca, I F., Lindoso, D. P., & Bursztyn, M. (2022). Deforestation (lack of) control in the Brazilian Amazon: from strengthening to dismantling governmental authority (1999-2020). *Sustentabilidade em Debate*, Volume 113 No. 2. DOI: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v13n2.2022.44532>.
- Drake, E., & Skovgaard, J. (2024). Do Political Institutions Influence the Dismantling of Fossil Fuel Subsidies? Lessons from the OECD Countries and a Comparative Analysis of Canadian and German Production Subsidies. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*. DOI: 10.1080/13876988.2024.2328605.
- Eckersley, P., & Tobin, P. (2019). The impact of austerity on policy capacity in local government. *Policy and Politics*, 47 (3), pp. 455 – 472. DOI: 10.1332/030557319X15613701303511.
- Förel, N., & Fischer, A. (2025). Climate Backlash and Policy Dismantling: How Discursive Mechanisms Legitimised Radical Shifts in Swedish Climate Policy. *Environmental Policy and Governance*. Doi.org/10.1002/eet.2160.
- García-Hernandez, A. L., & Lucatello, S. (2022). Climate policy integration: taking advantage of policy windows? An analysis of the energy and environment sectors in Mexico (1997–2018). *Journal of Environmental Policy and Planning*, 24 (1), pp. 56 – 67. DOI: 10.1080/1523908X.2021.1940893.
- Gravey, V., & Jordan, A. (2016). Does the European Union have a reverse gear? Policy dismantling in a hyperconsensual polity. *Journal of European Public Policy*, 23 (8), pp. 1180 – 1198. DOI: 10.1080/13501763.2016.1186208.
- Gravey, V., & Jordan, A. (2020). Policy dismantling at EU level: Reaching the limits of 'an ever-closer ecological union'? *Public Administration*, 98 (2), pp. 349 – 362. DOI: 10.1111/padm.12605.
- Gurgel, A. M., Guedes, C. A., & Friedrich, K. (2021). Flexibilization of the pesticide regulatory policy as an opportunity for Brazilian (necro)politics: Advances in agribusiness and setbacks for health and the environment. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 57, pp. 135 – 159. DOI: 10.5380/dma.v57i0.79158.
- Jordan, A., Green-Pedersen, C., & Turnpenny, J. (2013). Policy Dismantling: An Introduction. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0001.
- Jordan, A., & Turnpenny, J. (2013). From Dismantling by Default to Symbolic Dismantling? Water Policy in the United Kingdom. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0008.

- Justo-Hanani, Ronit., & Dayan, T. (2020). Environmental policy expansion in the EU: the intriguing case of bioinvasion regulation. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 22 (3), pp. 315 – 327. DOI: 10.1080/1523908X.2019.1705154.
- Korte, S., & Jorgens, H. (2013). Active Dismantling Under High Institutional Constraints? Explaining the Bush Administration's Attempts to Weaken US Air Pollution Control Policy. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199656646.003.0004.
- Lenschow, A., Burns, C., & Zito, A. (2020). Dismantling, disintegration or continuing stealthy integration in European Union environmental policy? *Public Administration*, 98 (2), pp. 340 – 348. DOI: 10.1111/padm.12661.
- Milhorance, C. (2022). Policy dismantling and democratic regression in Brazil under bolsonaro: coalition politics, ideas, and underlying discourses. *Review of Policy Research*, v. 39, n. 6, p. 752-770. DOI: 10.1111/ropr.12502.
- Moulin, C. S. A. (2023). Building and dismantling organisational capacity and bureaucratic identity: an analysis of Ibama's civil service examinations (1989-2022). *Sustainability in Debate*, 14 (1), pp. 81 – 98, 2023. DOI: 10.18472/SustDeb.v14n1.2023.44346.
- Moulin, C. S. A. (2024a). Capacity-Building, Dismantling Strategies, and Resistance Tactics in Brazilian Environmental Agencies: Changes in Ibama's Authority and Nodality Tools from 2004 to 2022. https://doi.org/10.1007/978-3-031-65707-8_10.
- Moulin, C. S. A. (2024b). Deforestation between capacity building and policy dismantling: a socio-legal interpretation of the Action Plan for Prevention and Control of Deforestation in the Brazilian Amazon, 2004-2022. 2024b. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.2.2024.tde-15042024-155853.
- Neves, E. M. S. C. (2023). Policy change, dismantling and environmental protection in Brazil. *Sustainability in Debate*, 14 (1), pp. 26 – 41. DOI: 10.18472/SustDeb.v14n1.2023.46600.
- Nieto-Morales, F., & Cejudo, G. M. (2025). Resisting the tide: the role of organizational routines in mitigating policy dismantling. *Policy Studies*, 1–23. <https://doi.org/10.1080/01442872.2025.2474073>.
- Paterson, M., Wilshire, S., & Tobin, P. (2023). The Rise of Anti-Net Zero Populism in the UK: Comparing Rhetorical Strategies for Climate Policy Dismantling. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*. DOI: 10.1080/13876988.2023.2242799.
- Pereira, A. K., Morais, L., Salomon, M., Oliveira, M. S., Lacerda, L., Corso, J. V., & Maior, M. S. (2024). Populismo e o Desmantelamento da Política de Fiscalização do Desmatamento no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 18 (1), e0006. <https://doi.org/10.1590/1981-3821202400010003>.
- Peters, M. D. J., Marnie, C., Trico, A. C., Pollock, D., Munn, Z., Alexander, L., McInerney, P., Godfrey, C. M., Khalil, H., & Marnie, C. (2020). Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. *JBIE Evidence Synthesis*, v. 18, n. 10, p. 2119-2126. <https://doi.org/10.11124/JBIES-20-00167>
- Peters, M. D. J., Godfrey, C., McInerney, P., Khalil, H., Larsen, P., Pollock, D., Trico, A., & Munn, Z. (2022). Best practice guidance and reporting items for the development of scoping review protocols. *JBIE Evidence Synthesis*, v. 20, n. 4, p. 953-968. <https://doi.org/10.11124/JBIES-21-00242>.
- Pollex, J., & Leschow, A. (2020). Many faces of dismantling: hiding policy change in non-legislative acts in EU environmental policy. *Journal of European Public Policy*, 27 (1), pp. 20 – 40. DOI: 10.1080/13501763.2019.1574869.

Pollex, J. (2022). Simultaneous Policy Expansion and Reduction? Tracing Dismantling in the Context of Experimentalist Governance in European Union Environmental Policy. *Journal of Common Market Studies*, 60 (3), pp. 604 – 633. DOI: 10.1111/jcms.13277.

Sabourin, E., Grisa, C., Nierdele, P., Pereira Leite, S., Milhorange, C., Damasceno Ferreira, A., Sauer, S., & Andriquetto-Filho, J. M. (2020). The dismantling of the rural and environmental public policies in Brazil. *Cahiers Agricultures*, 29, art. no. cagri200104. DOI: 10.1051/cagri/2020029.

Schaub, S., Tosun, J., & Jordan, A. J. (2024). Climate Action through Policy Expansion and/or Dismantling: Country-Comparative Insights: An Introduction to the Special Issue. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, v 26, Issue 3-4, p 215-232. DOI:10.1080/13876988.2024.2369640.

Silva, D. M. C., & Vinha, V. G. (2025). Desmonte ambiental no Brasil: avanços e lacunas no conhecimento. *Revista Administração Pública* 59 (1). <https://doi.org/10.1590/0034-761220240178>.

Steinebach, Y., & Knill, C. (2017). Still an entrepreneur? The changing role of the European Commission in EU environmental policy-making. *Journal of European Public Policy*, 24 (3), pp. 429 – 446. DOI: 10.1080/13501763.2016.1149207

Souza, M. C. O. (2023). [Des]governança climático-ambiental nos setores AFOLU [agricultura, florestas e outros usos da terra] no Brasil (2019-2021) sob o regime do Acordo de Paris. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p. 234.

Wellstead, A. M. (2018). Mechanisms of environmental policy change in a federal system: The case of open federalism and the 2006–15 Harper government. *Regional and Federal Studies*, 28 (2), pp. 177 – 197. DOI: 10.1080/13597566.2018.1441148.

Declaração de contribuição dos autores

Guilherme Dourado dos Reis: conceitualização, análise de dados, curadoria de dados, visualização, pesquisa e redação do manuscrito original.

Maria Cristina Oliveira Souza: conceitualização, pesquisa e redação – revisão e edição.

Rosana Icassatti Corazza: conceitualização, metodologia, validação, redação – revisão e edição, supervisão, administração do projeto.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Financiamento

Financiamento por meio de bolsa de mestrado, disponibilizada a Guilherme Dourado dos Reis, vinculada ao Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), desde março de 2023.

Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), CNPJ 00.889.834/0001-08. Processo número 88887.835122/2023-00.

MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES

Guilherme Dourado dos Reis é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Estado de São Paulo. É geógrafo e mestre em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da Unicamp (Conceito CAPES 6).

Maria Cristina Oliveira Souza é graduada em Gestão de Empresas e Administração pela Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA - UNICAMP). Mestre em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da Unicamp (Conceito CAPES 6) e doutora em Política Científica e Tecnológica. Possui trabalhos e projetos desenvolvidos na área de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente com enfoques na política energética no contexto de uma economia de baixo carbono e na governança ambiental.

Rosana Icassatti Corazza é Professora Associada I da Universidade Estadual de Campinas, no Estado de São Paulo, atuando no Departamento de Política Científica e Tecnológica e no Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica. É economista, mestre e doutora em Política Científica e Tecnológica, pela Unicamp, com estágio doutoral na Université de Strasbourg, França.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.